

E AGORA, JOSÉ?

José Cardoso Pires

Lisboa, Moraes Editores, 1978

I – Três anos depois da Revolução dos Cravos, o escritor José Cardoso Pires voltou ao casarão dos altos do Chiado, em Lisboa, que até 1974 servira de matriz à PIDE, ramo secreto – e o mais pujante – da opressiva árvore salazarista. Dessa vez, porém, o autor de *O Delfim* (Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1971) não comparecia debaixo de vara: deveria, apenas, tomar conhecimento de um processo em andamento contra um ex-informante que o denunciara como incurso em práticas de subversão, na agonia do caetanismo.

As euforias do 25 de Abril já haviam se transmudado no adiamento do projeto socialista. O golpe de 25 de Novembro de 1976 significara o fim da aliança MFA/Povo: a CIA, através do então Embaixador em Portugal (e hoje seu vice-diretor) Frank Carlucci, e os serviços de inteligência da OTAN, tinham trabalhado em silêncio, durante os inebriantes arrebatamentos da lua-de-mel com a liberdade e conseguido desmobilizar o ímpeto revolucionário, aproveitando a permeabilidade da fracção conservadora das Forças Armadas aos pressupostos da recuperação capitalista e o enraizado apego castrense à disciplina e à hierarquia, em fase de tumultuada deterioração.

Foi obra de somenos: 1) desmontar o esquema ideológico que, a partir do núcleo marxista da 5.^a Região Militar, tentou uma revolução cultural nas áreas rurais mais atrasadas; 2) capitalizar, em benefício da reversão, a esquizofrenia política desencadeada pelo General Antônio Spínola. O esquerdismo infantil de alguns quartéis, como o de Sacavém (o famoso RALIS), a confrontação PS/PCP e a manipulação eleitoral, com tecnologia e ouro de Bonn, fizeram o resto: em pouco mais de dois anos, as medidas de maior alcance social e econômico, praticadas pelos governos provisórios chefiados pelo General Vasco Gonçalves, como a nacionalização dos bancos, a gestão operária nas grandes empresas públicas e privadas, a emancipação sindical e a reforma agrária nos latifúndios alentejanos, foram sendo assemelhadas subjetivamente, pelos arautos da Direita na Assembléia Nacional e pela nova e cada vez mais desinibida imprensa reacionária, a manifestações de criminosa demência, agravada pela evasão de quadros e de divisas e por uma descolonização acelerada que privara o país de vitais fontes de renda, além de implicar no retorno maciço de colonos à metrópole e no estrangulamento traiçoeiro de uma vocação expansionista sem a qual Portugal não teria como sobreviver, enquanto nação independente (a menos que, como sugeria ironicamente Mário Soares, se dispusesse a regredir de cavalo a azêmola, travestindo-se de Albânia).

Nos cárceres do Forte de Caxias, aguardando julgamentos sempre protelados, os pides foram passando, gradualmente, de carrascos a vítimas. No fragor da festa democrática, eram os paradigmas de uma associação de malfeitores; mas, banidos os cravos dos fuzis e neutralizada a práxis revolucionária, logo ascenderiam à condição de honrados servidores públicos que haviam cumprido ordens, no âmbito da legalidade anteriormente vigente, e depois à de pais de família que careciam da liberdade, para prover ao sustento das famílias desamparadas. E um deles, tendo morrido (de morte natural) em Caxias, mereceu funerais dignos de herói, pelos serviços que prestara em África, no desempenho de missões de soberania: o General Galvão de Melo, que superintendia a Comissão de Extinção da PIDE, autorizou que seu caixão saísse daquela fortaleza, envolto na bandeira nacional.

Tinham sido, os pides, “indivíduos incompreendidos pelas populações”, como os definira o seu criador, Antônio Salazar, em frase cunhada no auge da guerra imperial e agora recolocada na almofada das inquietações e temores da circunstância. Se má imagem os toldava, só a deviam à “esquerda tortuosa”, a mesma que, velhacamente, rotulara de “fascismo” o regime de salvação pública nascido do movimento militar de Maio de 1926. E, em pleno curso do terrorismo spinoquista, que do exterior acionava uma rede interna de bombistas e espancadores, um juiz, o General Ribeiro Faria, enquanto assinava ordens de libertação “sob palavra” dos pides, uma atrás da outra, apontava-os como vítimas de uma “situação gritantemente injusta”, que os impedia de ganhar o pão.

Um dia, quando nas ruas já circulavam novamente mais de três mil ex-agentes, lépidos e escarolados, e vinte mil informantes, “os furões rastejantes dos trilhos da polícia política”, a par de oitenta mil filiados de organizações fascistas como a Legião Portuguesa, jamais investigada, os cidadãos *de consciência* encontravam razão para se perguntar: e Salazar, teria existido mesmo, ou, em seus traços negativos, não passaria de um monstro de Loch Ness, imaginado pelos mídia a soldo do Kremlin?

Os tribunais continuavam nas mãos dos juizes e magistrados que haviam administrado a justiça nos anos de treva: “*Durante o regime de terror*”, escreve José Cardoso Pires, “*eles foram patriarcas negros dos tribunais especiais. Algozes de toga e código, constituíam o braço legalista que emergia das masmorras da PIDE e que, agora, paira de novo, suspenso, sobre as nossas cabeças. Aí os temos: à frente do Supremo Tribunal; nos palácios de Justiça das capitais de província; na Instrução Criminal*”.

II – Notificado pela Comissão de Extinção que ainda funcionava na antiga Casa Mãe, lá foi José Cardoso Pires, temendo que, do dossier a conferir, surgisse o nome de algum espião que o houvesse traído “em amizade”. Não era o caso. Mas, logo no calçadão, quem encontra? Dois notórios ex-carrascos, dois perseguidores lendários, dois seres subterrâneos conversando pacificamente à luz do dia, agora sem o olhar de chacal dos tempos em que, nos intervalos das maratonas de tortura, aguardavam o parecer dos assassinos de bata branca, para saber até onde poderiam continuar forcejando os mártires indefesos das “medidas de segurança”.

“*Há um salto de pesadelo em tudo isto – e é junho, ano de 77*”, espanta-se José Cardoso Pires. “*Um cidadão (eu próprio, no caso presente) vem aqui prestar testemunho sobre um tempo, uma memória vencida, e numa volta súbita vê-se outra vez remetido à insônia fascista com estes dois espectros recuperados. Onde está a nossa paz prometida?, pergunto eu. E ato contínuo percebo: pois é, são dois dos três mil que andam em liberdade e agora fazem horas para ir receber a absolvição do tribunal.*”

Um capitão burocrata recebe o escritor, submete-o a algumas perguntas burocráticas, contidas num auto não menos burocrático, que burocraticamente deverá ser lavrado. Não faz tanto tempo assim, nessa mesma sala, nessas mesmas cadeiras, ao longo dos corredores sinistros em cujas paredes permanecem as placas de homenagem aos patrões de ontem (Salazar, Caetano), os quesitos eram menos burocráticos e muitos dos interrogados saíam diretamente do ritual vampírico para os cemitérios, ou aniquilados de corpo e alma, mortos/vivos que, às vezes, aceitavam até o papel de alcagüetes para, para salvar os próprios restos no último passo da ignomínia. Mas, em junho de 77, o clima é outro, álgido e formalista: o capitão ouve respeitosamente o escritor, embora com o distanciamento de quem não enxerga, em toda a sua

extensão, o significado da sigla PIDE (no fundo, a questão se tornou folclórica e/ou irrelevante; certas palavras são como seixos polidos, de tanto rolarem pelas encostas do cotidiano).

“O *direitismo dominante nos quadros superiores do Exército, a apolitização duma outra parte e os contatos que os militares foram obrigados a manter com a PIDE no teatro da guerra colonial*”, observa José Cardoso Pires, “*contribuíram fortemente para a interpretação defeituosa das responsabilidades daquela polícia de Salazar/Caetano*”.

De “força patriótica” a chamou o General Kaulza de Arriaga, o Massu de Moçambique, responsável direto pelo genocídio de Wiriamu e hoje líder partidários da extrema-direita ressurgente. O *oberführer* Silva Pais, último diretor da Gestapo salazarista, é o primeiro a ser *reumanizado*: um relatório da Comissão de Extinção exalta o seu patriotismo, a sua retidão de caráter, o seu anticomunismo democrático. E, no entanto, lembra José Cardoso Pires que “*a análise psicológica e o estudo dos sistemas de sondagem e de tortura da PIDE, realizados em Caxias durante os primeiros meses da Revolução, detectaram formas de comportamento esquizoide, semelhantes às dos criminosos de guerra observados por especialistas como Bayle e como o prof. Gilbert. O próprio diretor Silva Pais revelou um temperamento esquizotímico, ensimesmado e indiferente, com a clássica sintomatologia de Kretschmer: rigidez e desconfiança, misantropia e abstração como suportes de fanatismo. Nível médio de inteligência. Disciplina e rigor na observância dos valores estabelecidos (igreja, propriedade e sexo) numa formulação tipicamente pequeno-burguesa*”.

III – *E Agora, José?* É o primeiro livro de José Cardoso Pires desde 1972, ano em que publicou uma corrosiva metáfora, *Dinossauro Excelentíssimo*, sobre António Salazar. Após tão longo silêncio, entretecido pelo cheiro do povo nas ruas e pelas velozes mutações no cenário político, o escritor abandona a expectativa revoluta para fazer o balanço da realidade (“*ou ganhamos o futuro ou o passado nos cai em cima com todo o peso da vingança*”). E aproveita para limpar as gavetas, restaurando escritos que a Censura embargara e nos quais evoca lances traumatizantes, como a morte de Alves Redol, o seu dileto amigo e autor de uma obra-prima do neo-realismo português, *Barranco de Cegos*; homenageia um repórter fotográfico interveniente, Eduardo Gageiro, que faz com a sua câmara “*o inventário das nossas singularidades, de algumas pelo menos, a nossa definição de portugueses – essas criaturas tão pouco meditadas pelo mundo*”; celebra um réquiem à memória de José Dias Coelho, o artista/militante fuzilado pela PIDE, num súbito entrevero de rua: recorda Candinho Portinari (“*riso de criança – porém, coroado de rugas*”); dialoga com Elio Vittorini para lhe assimilar a forma e o espírito da *caligrafia moral*, insinuação de lenda e de apopéia “*miraculosamente poetizada pela mais estrita objetividade do fato e da palavra*”; viaja com Antonioni pela galáxia gelada, pelo deserto metálico em que desaguou a megacivilização industrial; e regressa à oficina para repensar a gênese e a estrutura de *O Delfim*, crônica epistemológica da ciência de viver ao nível aristocrático, entre os ossários da história e os avatares da era do automóvel.

Mas é no último capítulo – “Parêntese ao País Novo” – que reencontramos toda a empatia do estilo mordaz, da burilada sintaxe e da capacidade para cotejar o real e o imaginário que fez de José Cardoso Pires, apesar da sua tendência a um pessimismo característico da tradição patriarcal portuguesa, com toda a sua carga opressiva, um escritor de estatura internacional. O país dos “Capitães de Abril” recolhe-se de novo aos seus bloqueios, o escritor tenta exorcizar a tragédia que recomeça com a obliteração do passado recente e a desmoralização do punho socialista: “Caramba, já é só um emblema”.

Livro de aviso, livro de fatalismo perpassado pelos maus augúrios de uma chacina como a do Chile. O escritor diz-se com “um câncer apalavrado” (é um fumador voraz e antevê para si mesmo o fim de Redol, esburgado vivo por um tumor maligno); e se interroga: quem te ouve, quem dá crédito à tua liberdade?

“Penso no sono, é tudo, é tudo, No sono, no sono...”

Armando Blanco

Jornalista, escritor, crítico de teatro.

Autor de *Tempo de Cinema* (Lisboa, Ed. Cosmos, 1956) e *A Lei e a Ordem* (Rio de Janeiro, Ed. Codecri, 1979).